

TABELAS

Lemos na «Patria» um edital do sr. administrador do concelho, tabelando o preço do pão de trigo e do azeite nos estabelecimentos comerciais.

Quando aos preços nada temos a dizer, mas quanto á gradação do azeite parece-nos haver erro e grande. Assim estabelece o edital duas qualidades de azeite, sendo a 1.^a de acidez de um a dois graus, ao preço de 5\$20, e a 2.^a com acidez superior a dois graus, ao preço de 4\$80.

Salvo o erro a lei admite apenas duas qualidades de azeite para venda nos armazéns e retalhistas—1.^a, azeite com acidez inferior a um grau; 2.^a, azeite com acidez de um a cinco graus. Para alimentação é proibida a venda de azeite com gradação superior a 5 graus; e o estabelecimento que vender para fins industriaes azeite com gradação superior a 5 graus, não pode vender azeite com menos daquele acidez, isto é, não pode vender azeite para alimentação. E' a doutrina que se lê nos artigos 10 e 11 do decreto 7.228 de 7 de Janeiro deste ano.

Parece-nos pois que o edital do sr. administrador deve ser revogado, para não dar mau resultado aos comerciantes, que po dem infringir a lei supondo que o edital os absolva de uma transgressão.

Estamos certos de que foi de boa fé que o sr. administrador assinou aquete edital.

A da rua da Fonte

Foi o nosso falecido conterraneo José Vidal que teve a infeliz ideia da criação da escola primaria superior, no nosso concelho.

Foi boa a sua intenção, porque José Vidal, que era um apaixonado da instrução primaria, supoz, por não conhecer estas escolas, que elas vinham preencher uma lacuna no nosso deficiente ensino.

Dai o influir no dirigente democratico local para que instasse perante o governo pela criação desse instituto:

Supoz José Vidal que a sua ideia só podia ser benéfica á sua terra, onde se iria fazer ensino elevado, crear na classe menos abastada estudiosos que, por falta de meios, não podiam noutras terras frequentar escolas superiores.

Estará mesmo indicado que, quando outro director melhor não houvesse, deveria ser encarregado da direcção do curso escolar, o seu creador, pois que José Vidal era um espirito culto, de uma educação esmeradíssima, afável e conciliador. Para a educação de crianças, para a conviência com elas, por conhecedor do nosso meio, ninguém talvez melhor poderia desempenhar esse cargo de tão grande responsabilidade.

Mas a politica peçonhenta envenenou logo tudo. Em vez de mestres despachou politicos.

Em vez de José Vidal, o ilustrado, o bom, o bem educado, o conciliador, despachou um politico absolutamente refratario áquele meio; a negação completa

de tudo quanto seja o necessario para um dirigente mediocre.

O director que se foi procurar tinha já dado as suas provas na medicina até ao arrancamento de dentes, na diplomacia, na carreira administrativa e até na direcção da Associação dos Bombeiros Voluntarios, onde em toda a parte tinha creado atritos pelo seu feitio conflituoso.

Uma escola é uma familia e, sobretudo, sendo destinada a crianças, requere-se, no seu chefe, afabilidades, meiguices que converta cada aluno num amigo.

Infelizmente a escola de Ovar teve como director um homem, que se habituou a ser duro perante a dor que experimentavam os pacientes quando com o boticao lhes arrancava os queixais.

Por isso a da rua da Fonte não pode ter outro destino diferente do que a vesga politica lhe marcou desde o seu começo.

:O imposto camarario:

Chegou a occasião de se confirmar tudo quanto escrevemos sobre o imposto municipal *ad valorem*. Agora vê-se quem falou verdade, quem argumentou da boa fé, quem zelou os interesses do concelho, procurando evitar que sobre a industria e o commercio caísse a praga das vingancas e dos favores politicos e dos parasitas fiscaes.

Por mais duma vez a «Patria» nos intimou para que desmentissemos o que ela afirmava, quando dizia que o nosso amigo sr. Antonio Valente era favoravel á criação do novo imposto camarario.

Não o quizemos fazer então, porque seria dar a uma intriga, que se engendrava, foros de afirmação séria e leal. O desmentido veio a seu tempo. Foi há dias quando da reunião dos comerciantes com a Camara.

Ai disse o nosso amigo o que pensava a respeito do mostrengo.

Pois podia lá admitir-se que um comerciante inteligente e importante, que tem desempenhado cargos de tamanha responsabilidade, patuasse com semelhante monstruosidade?

O sr. Antonio Valente viu, tinha obrigação de ver, desde o principio o que era esse imposto, o fim a que os seus autores visavam, e o resultado fatal que, no concelho, havia de produzir.

Afirmamos sempre que quem pagava o imposto era o nosso comercio, a nossa industria e nossa lavoura; e não os estranhos ao concelho, os que se fornecessem dos generos daqui exportados.

Quem tinha razão?

Que o digam os commerciantes que já começaram, embora ilegalmente, a pagar esse odioso imposto: que o digam aqueles que já tem sido incomodados e obrigados a andar pela secretaria da Camara para cumprir formalidades.

Se o imposto é pago pelos de fóra a que vem as avencas... favorecidas?

Não, não. O imposto há de ser pago pelos nossos conterraneos, sem que com isso a nossa terra lucre; porque esse imposto, que é pesadissimo, há de sumir-se em despesas, e o concelho há de progredir como até aqui, porque na sua direcção falta o espirito de

progresso que animou as primeiras vereações republicanas.

O ideal de Justiça foi substituido pelo mais descarado facciosismo.

Chamou a Camara alguns commerciantes da vila para se avencarem, dizendo-se já na secretaria que havia uma proposta de avença feita pela Varina.

Para que se possam fazer avencas é necessaria uma base. Essa não pode ser outra além da exportação feita pelo proponente no ano anterior. Mas, como é este o primeiro ano da cobrança do imposto, não tem a Camara meio algum de verificar a importancia da exportação, porque o commerciante nunca facultará o exame da sua escrita.

Perguntando-se na reunião ao sr. Presidente, que base apresentava para as avencas, respondeu que os commerciantes deviam fazer as suas propostas em face da existencia dos generos em seus armazens e que depois a Camara resolveria.

Ai está como na Camara se pensa em cobrar o imposto...

Compreende-se... Que se faça uma proposta sem base e a Camara resolveria sem base. Vai ao adrega, e os amigos não devem ficar descontentes.

E' esta a justificação do que dissemos já. A avença prepara o arbitrio na cobrança com a agravante de, como no real de agua, se não saber quanto cada um paga.

Apareceu na secretaria da Camara uma tabela para servir de base á cobrança do imposto.

Esta tabela, porque não foi aprovada legalmente, não tem importancia alguma nem pode ser applicada.

Mas ela revela já o espirito que a ditou.

Nós havemos de desfibrarla, verba a verba, para mostrar quanto é facciosa e desigual; ela agrava com a maior desigualdade os contribuintes.

Não podia deixar de ser assim. Elaborar uma tabela, conforme a equidade, chamando os interessados para ao menos não levantar atritos escusados—não está no modo de ver de quem imprime á administração municipal o caminho que vai trilhando.

Além de que sendo o imposto sobre o valor dos generos exportados do concelho, não se pode admitir, sobretudo na epoca, que atravessamos, uma taboleta a impor preços durante 3 meses, como na Camara se diz.

Exemplo: para o preço da sardinha estabelece-se 50\$00 por 1:000 quilos. Se no corrente mez começar uma safra com bastante pescado, o preço há de subsistir o mesmo ainda que a abundancia seja excessiva?

Nesse caso o imposto lançado não é de 3 por cento sobre o valor, mas muito maior, excedendo o que a lei permite.

O mesmo succede com as galinhas, feijão, linhos e outros artigos, que no mercado conservam preços muito elevados e que dentro em pouco tempo podem baixar.

O imposto ha-de cobrar se pelo valor que o genero tiver no momento da exportação.

Podem admitir-se tabelas de acordo com os interessados, mas variaveis, acompanhando sempre as oscilações das praças—isto para maior facilidade da cobrança. Mas impor por praso de tres mezes, uma tabela com preços absurdos

e... para amigos, é que se não admite.

O lançamento e cobrança dum imposto é já de si uma coisa odiosa.

Para que não levante contrapiedades escusadas, deve haver sempre o maior cuidado em que, da lei tributaria, se faça uma applicação justa e equitativa.

Agravar o imposto com injustiças e favoritismos é tornalo ainda mais odioso: é collocar o contribuinte na dura necessidade de procurar por todos os meios reagir contra o vexame isentando se ao pagamento.

A Camara, consentindo na apresentação da tabela de preços por onde começou a fazer a cobrança, pratica um erro de que em breve sentirá as consequências. Pode com a desigualdade dessa tabela lisongear amigos, o que com certeza faz é irritar mais os contribuintes.

A injustiça na cobrança do imposto é iniquia é um vexame. Pagando-se, mesmo pouco, mas com desigualdade, paga-se com má vontade.

Faltam os empregos a criar e os amigos despachados, que não de absorver a maior parte do imposto.

Ainda se não cumpriu essa nossa previsão, mas ainda não é tarde.

Ensaíada a scena da avença deve aparecer em seguida a nomeação.

E' larga a bolsa dos commerciantes e industriaes para manter mais uma boa malta de parasitas, que reforcem o partido.

Orfeon

Apresentou-se nas noites de domingo de Pascoa e segunda-feira seguinte no nosso teatro o «Orfeon Ovarense» ultimamente organizado entre nós; com pouco mais de mês e meio de vida, a maneira como se apresentou, a forma bastante correcta como se houve na execução e interpretação dos varios numeros do seu programa são a prova mais frizante da vontade de todos os membros e do valor e competência do seu director.

Uma completa educação artistica só se consegue com grande esforço e com muita preparação, sobretudo quando, como com a grande maioria dos nossos orfeonistas acontece, não há nos espiritos aquela prévia preparação que, mesmo inconscientemente, digamos assim, se vai adquirindo, por exemplo, entre o publico dos grandes meios.

No nosso meio a Arte, com rarissimas excepções, é coisa completamente desconhecida, raro se curando em educar o espirito; manifestações isoladas se produzem de longe a longe, mas a verdade é que todas elas aparecem e morrem perante a indiferença da enorme maioria do nosso publico a quem não conseguem interessar.

Eis, porém que, graças ao esforço de meia duzia, se consegue sair desta apatia em que temos vivido. Toma vulto e é posta em pratica uma ideia que há muito já germinava em certos cerebros. A volta dessa meia duzia reúne-se sem distincção a mocidade desta vila; forma-se o Orfeon; apresenta-se enfim em publico e de uma maneira muito lisongeira para todos.

Pois bem, agora que o Orfeon não é, já obra de meia

duzia, mas pertença de toda a vila, de esperar é que todos concorram para que esta bela manifestação de sentimento artistico não definhe e não feneça; compete a todos animar os nossos rapazes e fazer-lhes ver quanto há de belo e de grandioso no seu empreendimento.

O successo obtido nas noites da sua apresentação deve ser motivo mais que lisongeiro para que não desanimem, para que continuem animados da mesma vontade.

A todos os orfeonistas os nossos sinceros parabens e ao seu director, o nosso querido amigo Adolfo Amaral, um abraço.

E' esta a forma mais sincera de A Defeza testemunhar aqueles o seu reconhecimento e a esta a sua admiração—admiração pelo artista e reconhecimento pelo que a empreza destes rapazes representa de grande para esta vila.

RESPOSTA UNICA

Sr. Redactor:

Com a epigrafe supra vou mandar para a redacção da «Patria» as seguintes considerações deduzidas, em propria defesa que desejaria ver também publicadas no seu muito lido uinzeario.

Para o caso de ser atendido anticipo-lhe os meus agradecimentos.

«Sr. Redactor de «A Patria».

Creio dispensavel o consabido apelo á lealdade jornalística para obter a inserção na folha que V. Ex.^a dirige, desta meia duzia de linhas. A tanto bastará, supponho eu, a simples consideração de que o acusador, quando assume este papel com isenção, sem *participis*, deve facultar ao acusado por todos os meios ao seu alcance o legitimo exercicio da defesa.

O ultimo numero da «Patria», agora lido, traz um sueltito em forma de correspondencia local, visando a minha pessoa e misturando com amabilidades e doestos o meu nome a proposito da visita pascal.

Ao contrario de que toda a gente presumirá, senti-me deveras lisongeado ao iniciar a sua leitura, não com os ditirambos á minha «inteligencia e espirito», mas com a surpreendente revelação de mais um talento jornalístico, até hoje desconhecido nesta terra. Vá lá, vá lá. Os nervos sacudiram-lhe destramente a pena e a pena lavou-se sofrivelmente o papel.

E não me magoaram tanto os epitetos de «descarado» e «mentiroso» que a meio da aringa me são dirigidos como a decapção que sofri ao constatar pela alusão final á «cesta dos ovos»—usança aqui desconhecida—que a tal *avis rara* das letras impressas não despontara ali nas Devesas vicentinas, mas um pouco mais ao occidente, talvez nas veigas do Bustelo, nova terra da promessa de coisas extravagantes e aventureiros felizes.

Vá o proveito a quem sofreu as canceiras. E, se os primores da confecção são obra de mais de um artista, não se malavenham nas partilhas que a gloria chega para todos.

Apoda-me a «Patria» de «descarado e mentiroso» por ter dito aos meus paroquianos que a visita pascal este ano se não efectuava á falta da

respectiva licença que na administração não concederam.

Mas então, em que termos me devia ter expressado para não mentir no conceito da «Patria»? Dizendo que o sr. administrador, sem a menor repugnância e muito a contento a concedera? S. ex.^a seria o primeiro a notar e anotar a falsidade e a sorrir da minha cobardia.

Baldado empenho, sr. redactor, o de averbar á conta alheia as proprias culpas; no manifesto intuito duma malquistação que não conseguem e que, ainda conseguida, não me tiraria o sono nem a vontade de dormir.

Sabido que os ministros catolicos não podem sem quebra da disciplina e desobediencia a instruções superiores oficialmente publicadas requerer ou doutro modo solicitar tal licença, tornar a sua concessão dependente da directa intervenção dos parcos ou mesmo é que nega-la. Estes, ainda que quizessem, não podia pedi-la. O sr. administrador é que, sem sair da lei, antes collocando-se mais no centro dela, podia te-la concedido a qualquer leigo que lha requeresse.

E, porque o não fez?

Se s. ex.^a quizesse proceder com isenção e espirito de concordia, procurando evitar que não erar dificuldades, provando que realmente não exerce o seu cargo por conta alheia, iria até mais longe, sempre dentro da lei. Faria como um dos seus antecessores, o major Bernardino Ferreira, e como os ultimos administradores democraticos de Oliveira de Azemeis, os quais com a necessaria antecedencia tem mandado aos parcos por meio de circular, sem esperar que lha peçam, a autorisação para o compasso.

Afinal, que pretendia dos parcos o sr. administrador, procurando atraí-los á sua repartição com um futil e ilegal pretexto e sem nenhuma necessidade ou conveniencia? Comprar-lhes o voto ou as convicções a preço da tal imaginária «cesta de ovos» da Pascoa? Humilha-los perante a impunidade da sua autoridade frescamente encartada? E' melhor desistir dessa empresa que outros velhos e mais bem calçados de influente prestigio baldadamente tentaram.

Se de homem p r i homem não há diferença de lobo, de caracter para caracter vão leguas e leguas de distancia. Nem todos felizmente somos fabricados desse barro lodoso e pódreo da venalidade contemporanea. Nem todos tem a para muitos facil coragem de embriuhar nas suas ambições e vaidades de hoje os seus ideais e convicções de hontem, atirando com o pacote aos pés do primeiro sóba partidario que possa saciar-lhos os apeutes.

Porque não dobro a cerviz — e que necessidade tenho eu de a dobrar? A verticalidade é uma das características diferenciaes do tipo humano —, porque teimo em não confundir — supremo escandalo desta geração! — as minhas ideas politicas com as minhas necessidades estomacaeas, alude a «Patria» ao meu «orgulho de monarchico e reaccionario».

Estranha noção das coisas! E que será o «orgulho dum republicano radical»? Poderei defini-lo? Talvez.

Com a transformação do regimen politico em 1910 operou-se para muita gente a inversão das leis morais, das normas da honra e do bom

senso. De conformidade com esse fenomeno, ainda hoje inexplicado, o «orgulho dum republicano radical» contra-posto ao dum monarchico reaccionario consiste em andar de centro em centro, de club em club, percorrendo todos os corrilhos e nuances partidarias, saltando da direita para a esquerda e do centro para a periferia, as convicções emuladas debaixo do braço, apresentando como as peixeiras da Rua: «Dagóra vivas... «fresquinhas da costa... «quem compra?»

Eis a moral politica que a «Patria» perflha e pretende impor e cuja gloria para si reclama!

E' por isso que, de ha anos a esta parte, o Paiz, como autorizado e insuspeitado disse o sr. Antonio Maria da Silva, *está a saque*. (Veja, sr. redactor, que os seus correligionarios republicanos dizem dos outros e da republica o que nunca disseram dos monarchicos e da monarchia, nem mesmo nos ultimos anos dela, quando mais que hoje, gosavam da maxima liberdade do insulto e tinham o maximo impudor da calunia! Que paralelo póde estabelecer-se entre a balôfa «falperra de manto e cordão» de Alexandre Braga e aquela frase despidida e incisiva do chefe democratico?)

E' por isso que as guelras se abrem aos milhares para o tesouro publico e o «defeito» sobe aos milhões para a bancarrota nacional.

E' por isso que neste regimen da «virtude triunfante» ha muitas competencias honestas votadas á margem e ainda mais embecis sem escrúpulos agamelados ao orçamento.

E' por isso que o pensamento dominante, a preocupação unica dos modernos salvadores da Patria é serem os primeiros a chegar ao bôdo da administração publica para lhe devorar as carnes e os ultimos a abandoná-lo para lhe roerem os ossos.

E' por isso, mercê dessa nova especie de «orgulho» com que se louva e abona a «Patria» que o suborno, a concussão, o peculato adquiriram no nosso tempo o caracter duma fenomenologia permanente consagrada pelos principios duma nova «moral politica» só propria e exclusiva dos que não tem o «orgulho de monarchicos e reaccionarios».

Fiquemos por aqui. Não terá sido pouco, mas ainda podia ser mais.

S. Vicente, 3-4-21.

Oliveira Pinto.

Os Passos de Ovar

IV

Suas capelas de pedra e cal

As capelas de pedra e cal foram começadas a construir sómente em 1748 e estavam prontas de trolharia e talha em 1755.

Para a sua edificação teve de recorrer-se ao auxilio dos poderes publicos, pedindo-se em seu beneficio o imposto de um rial em cada quartilho de vinho que se vendesse em Ovar e seu termo. A provisão régia, que tal graça concede, tem a data de 1747 e o rendimento anual de tal imposto pouco excedia de 1.100\$000 reis. Custearam-se assim as despesas da obra e a da compra de muitas alfaias de valor; paramentos e pratos que a Irmandade ainda hoje possui, em parte. O rial correu, com

breves interrupções, pelo menos até 1830.

Uma nota curiosa que não devemos omitir é que até 1747 as mezas da Confraria eram compostas, por assim dizer, de *anonimos*, presididos por um clérigo; desde então, porém, os nomes mais graduados começam a figurar nessas corporações administrativas. Disto se póde concluir que a essa data se desportou nesta vila maior devoção e entusiasmo pelo culto dos *Passos*, calor que chegou ás camadas superiores da sociedade ovarense e explica perfeitamente o nascimento da ideia de levantar na R. da Amargura essa dispendiosa obra das capelas. Continuemos.

Ignoramos quem fosse o empreiteiro delas, que deixaram desde logo muito a desejar e, por isso, tiveram de ser reformadas e mais levantadas em 1783 e seguintes.

E'-nos tambem desconhecido o nome do escultor das figuras e talha.

A pintura e encarnação são obra de Antonio José Pintor, da vizinha freguezia de Valega, a quem em 1760 o provedor de Esgueira (1), a que estavam sujeitos, intimou, a pedido da Meza, se esmerasse na decoração das capelas a essa data, e ainda anos depois, inconclusas interiormente.

O trabalho de pedreiro e trolha ficara pronto em 1755, como já se disse. Nesse ano recebera a Mesa entrega da obra, depois de a mandar vistoriar e avaliar por dois peritos que fóra «procurar e buscar» ao Porto, um para a talha, outro para o restante. Foi então que se começaram a substituir as figuras de côlmo por outras de escultura, pintadas e estofadas, aproveitando-se das antigas apenas as mãos, pés e cabeças. Durou esta reforma, iniciada em 1756, alguns anos.

Veio a gastar-se em tudo isso e compra de alfaias, conta redonda, 30 contos de reis.

Continua.

M. LIRIO.

(1) Foi extinta esta provedoria em 11-4-1759 e passada para Aveiro em 4-9-1759, onde ficou a servir o Provedor de Esgueira. Daí o dizer-se ainda em 1769, o Provedor de Esgueira, em vez de Aveiro.

Noticiario

Operações

Na quarta-feira preterita submeteram-se a operações de alta cirurgia, a virtuosa sr.^a D. Emilia Marques da Silva, de Ovar; e o sr. Custodio Martins, do lugar de Azevedo, S. Vicente de Pereira. Este com ulcera no estomago. E na quinta-feira a sr.^a Margarida Rita Valente, de Salreu. Operou o distinctissimo cirurgião ex.^{mo} sr. dr. Azevedo Gomes, ajudado pelos srs. drs. Nunes da Silva, Alvaro Valente, Pereira do Amaral e José Rodrigues Antunes, illustre facultativo na Vila da Feira. Os operados estão passando bem, e encontram-se internados na casa do sr. dr. Nunes da Silva.

Desejamos o seu breve restabelecimento.

Falecimentos

No dia 23. do passado mez, sepultou-se a esposa do sr. Policarpo Maria Soares de Souza, e veneranda mãe do sr. Antonio Soares de Souza, sendo o seu enterro bastante concorrido.

Os nossos pezames.

— Tambem no dia 27 do pre-

terito mez, efectuou-se o funeral da sr.^a Emilia Pais, esposa do sr. João Gomes Silvestre, que foi muitissimo concorrido.

A extinta era filha do sr. Manoel Pais, a quem, assim como ao desolado viuvo, enviamos sentidos pezames.

No domingo passado succumbiu á sua pertinaz doença o sr. Manoel Coelho do Espirito Santo, desta vila, cunhado dos nossos amigos e correligionario, srs. dr. José Duarte Pereira do Amaral e Antonio Duarte Pereira do Amaral.

O funeral do extinto, que era possuidor de um belo caracter e um considerado homem de bem, teve lugar no dia seguinte ao anoitecer, sendo, como era de esperar dadas as suas belas qualidades, enormemente concorrido por todas as classes sociais.

A toda a familia enlutada, e em especial áqueles nossos amigos, apresenta a *Defeza* sentidissimos pezames.

— Ainda na flor da idade, pois que só contava apenas 27 anos de idade, faleceu na quarta-feira passada o sr. Antonio Ribeiro, filho amantissimo do sr. Ricardo Ribeiro, desta vila.

O falecido, que era dotado de uma delicadeza em extremo aliada a muitos outros dotes, deixou a sua familia em grande consternação, não obstante, em todos os momentos esperar o triste acontecimento que a enlutou.

O prestito funebre efectuou-se no dia seguinte, á tarde, sendo concorridissimo.

Á sua familia, especializando seu pai, o nosso particular amigo, sr. Ricardo Ribeiro, apresentamos sentidas condolencias.

TARIFA

Publicamos a tarifa, a tabela, que a Camara ilegalmente impoz para cobrança do imposto *ad valorem* — mandando-a para as duas estações do caminho de ferro, Esmeriz e Ovar, afim de ser applicada aos generos ali despachados.

Essa tabela nem foi aprovada pelas Juntas, nem publicada por editais.

E' mais uma violencia e um abuso, — a juntar ás injustiças e favores que ela representa.

Tarifa dos productos e generos sujeitos ao imposto ad valorem, respeitante ao 2.º trimestre de 1921 aprovada em sessão da Comissão Executiva da Camara Municipal de Ovar de 24 de Março de 1921:

Percentagem de 3 %		Trigo—1 quilo . . .	\$36
Areia—1000 quilos. . .		Feijão—1 quilo . . .	\$55
Aves:		Lacticinios:	
Galinhas—1		Manteiga—1 quilo . . .	6\$00
Frangos—1		Queijo—1 quilo	6\$00
Pombas—1		Leite—1 litro	\$24
Patos—1		Leite desnatado—1 litro . . .	\$20
Barro—1000 quilos		Lenhas—1000 quilos	20\$00
Caolino—1000 quilos		Mariscos—1000 quilos	10\$00
Caolino lavado—1000 quilos		Productos de Moagem:	
Ceramica:		Cabecinha—1 quilo	\$40
Telha tipo Marselha—1 milheiro		Farelo—1 quilo	\$30
Telha nacional—1 milheiro		Farinha—1 quilo	\$50
Louça—1000 quilos		Percentagem de 1 %	
Não especificada—1000 quilos		Conservas—1 quilo	\$38
Chicoria—1000 quilos		Productos de Cordoaria:	
Coelhos—1		Em linho—1 quilo	4\$00
Doce—1 quilo		Em cizal—1 quilo	2\$00
Ovos—1 cento		Cortumes:	
Peixe—1000 quilos		Seco—1 quilo	3\$00
Sal—1000 quilos		Verde—1 quilo	1\$00
Penisico:		Madeira—1000 quilos	100\$00
Lavado—20 litros		Oleo de peixe—1 litro	2\$00
Com aza—20 litros		Prego—1 quilo	1\$50
Tripa:		Percentagem de 1/2 %	
Seca—1 quilo		Arroz descascado—1 quilo	\$70
Verde—1 quilo		Azeite—1 litro	2\$90
Gado:		Boi—cada cabeça	800\$00
Porco—cada cabeça		Porco—cada cabeça	300\$00
Vitela—cada cabeça		Vitela—cada cabeça	100\$00
Obra de tanoaria:		Pipa	50\$00
Cereais:		Meia pipa	25\$00
Aveia—1 quilo		Vasilhame inferior—cada	6\$00
Centeio—1 quilo		Vinho—1 litro	\$30
Cevada—1 quilo			
Milho—1 quilo			

COMUNICADO

A qualquer cidadão, que me julgue autor de algum mau acto ou com defeito de qualquer especie, peço o favor de se apressar a vir a este campo (imprensa) dizer-me quais, para discutirmos. Ovar, 30-3-1921.

Manuel Maria Fernandes Teixeira.

Agradecimento

A familia da falecida Ana Gomes, cujo funeral se realizou no dia 23 do corrente,

agradece por este meio a todas as pessoas que a confortaram durante a sua enfermidade, bem como a todos que acompanharam á sua derradeira morada. Outrosim, agradece a todos os que pessoalmente e por meio de cartões lhe apresentaram sentimentos. A todos o nosso reconhecimento.

Ovar, 30 de Março de 1921.

Policarpo M. Soares de Souza
Antonio Soares de Souza
Ana Gomes Craveiro
Laura Soares de Souza
Manuel de Oliveira Craveiro.

AVIZ

Companhia Reseguradora Portuguesa

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA -- CAPITAL 1.000:000\$00 ESC.

Autorizada pelo Governo em portaria de 20 de Junho de 1918 e á exploração de seguros directas por portaria N.º 1766 de 5 de Maio de 1919

Séde Social - Rua de Carmo, 69-2.º

LISBOA

Endereço telegrafico-VIZA LISBOA

Telefones: Expediente, 3919 - Administração, 3001

Delegação - Rua Mousinho da Silveira, 129

PORTO

Endereço telegrafico PORTIVIZA

Telefone - 776

DELEGAÇÃO EM HESPAÑA: Calle de Alcalá, 40 - DELEGAÇÃO NO FUNCHAL: José Torquato de Freitas - DELEGAÇÃO DE VILA REAL: Americo Gomes da Costa - Em COIMBRA: Avenida Sá da Bandeira, 50-1.º

SEGUROS E RESEGUROS CONTRA OS RISCOS: - Fogo casual e proveniente de guerra, de transportes terrestres e marítimos, agrícolas, colas, postais, roubo, contra quebra de cristais, automoveis, gado, etc., etc.

Agencias no Paiz e Ilhas.

O Conselho de Administração:

Alberto Correia, Antonio Barbosa, Antonio Cardoso de Sousa, José da Costa Pereira, José Dias da Silva.

Quiosque-Tabacaria

Praça da Republica

— OVAR —

ANGELO GONZALEZ

Sempre á venda charutos da Bahia, tabacos nacionais e estrangeiros. Papel para cartas, idem de 25 e 35 linhas, lapis, lapiseiras, canetas, bicos de escrever, papel de fumar, livros, loterias, cervejas, refrigerantes Sameiro, rebuçados, tintas de escrever e copiar, fumadeiras, pomadas preta e de côr para calçado, bolsas de borracha para tacho e muitos outros artigos.

BANCO NACIONAL ULTARMARINO

— OVAR —

Depósitos á ordem, com o juro de 2 1/2 % e 3 1/2 %.

Depósitos a prazo, com o juro de 3 1/2 %, 4 % e 4 1/2 %, respectivamente a tres, seis meses e ao ano.

Saques sobre todas as localidades, nos melhores premios.

Descontos sobre a praça a 6 % ao ano.

Empréstimos caucionados, cambios, coupons e papéis de credito.

ATLANTICA

COMPANHIA DE SEGUROS

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

Capital social (Escudos) 500.000\$00

Capital realizado (Escudos) 150.000\$00

Fundo de reserva (Escudos) 150.000\$00

Séde: Largo dos Loios, 92 - PORTO

Receita de 1914 (Esc.)...	36.988\$03,5	Sinistros pagos em 1914...	21.601\$41
» de 1915 » ..	71.197\$29,5	» » em 1915...	25.909\$15
» de 1916 » ..	537.897\$94,3	» » em 1916...	158.470\$90
» de 1917 » ..	3.139.404\$23	» » em 1917...	1.427.035\$74

Atóra os que se teem pago até esta data

Agencias em França, Inglaterra, Noruega, Suecia, Dinamarca, Espanha e Egito. Seguros contra fogo. Seguros contra fogo e roubo. Seguros contra grèves e tumultos. Seguros agrícolas. Seguros contra quebra de cristais. Seguros de guerra. Seguros marítimos e postais. Seguros contra inundações e enxurradas.

Conselho de Administração:

Manoel Joaquim de Oliveira
Dr. José Maria Soares Vieira
Silvino Pinheiro de Magalhães
Dr. Leopoldo Correia Mourão
Jaime de Sousa

Directores delegados

Agentes em todas as terras do paiz

Comissarios de avarias em todos os pontos do mundo

IMPRENSA PATRIA

R. ANTERO DO QUENTAL

— OVAR —

Execução rápida e perfeita de todos os trabalhos tipográficos.

Impressão a ouro, prata e côres

-ARTIGOS DE PAPELARIA-